

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS**

Beatriz Aires Pereira

Análise do Impacto da Pandemia de Covid-19 nos Resultados das
Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Brasil

Osasco

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS.

Beatriz Aires Pereira

Análise do Impacto da Pandemia de Covid-19 nos Resultados das
Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
São Paulo como requisito para aprovação
no curso de Bacharelado em Ciências
Atuariais.

Orientador: Prof. Humberto Gallucci Netto

Osasco

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Unifesp Osasco
e Departamento de Tecnologia da Informação Unifesp Osasco,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P436a PEREIRA, Beatriz Aires

Análise do impacto da pandemia de Covid-19 nos
resultados das entidades fechadas de previdência
complementar do Brasil / Beatriz Aires Pereira. - 2021.
27 f. :il.

Trabalho de conclusão de curso (Ciências Atuariais) -
Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Política,
Economia e Negócios, Osasco, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Humberto Gallucci Netto.

1. Fundos de pensão. 2. Crise econômica. 3. Pandemia. 4.
Covid-19. 5. Previdência complementar. I. Gallucci Netto, Prof.
Dr. Humberto , II. TCC - Unifesp/EPPEN. III. Título.

CDD:

331.25240981

RESUMO

Neste trabalho buscamos avaliar os resultados obtidos pelo setor de previdência complementar nos últimos cinco anos, a fim de analisar o impacto que a pandemia de Covid-19 pode ter causado no setor. Para isso, analisamos o cenário político-econômico do país para entender sua influência na rentabilidade dos fundos de pensão e a importância do setor para a economia. Estudamos os ativos dos fundos e explicamos suas alocações e o motivo de estarem alocados onde estão, bem como verificamos como e quanto isso influencia no resultado obtido após uma crise econômica. Utilizamos os dados de mercado obtidos pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) e artigos de Pesquisas para entender melhor o cenário macroeconômico do país.

Palavras chave: Fundos de Pensão; crise econômica; pandemia de Covid-19; previdência complementar

ABSTRACT

In this paper, we analyzed the results of the complementary providence sector on the last five years to analyze the impact that the Covid-19 pandemic may have done. For that, we study the politic and economic scenery of Brazil to understand the influence on the profitability of pension funds and the importance of the sector to the economy. We search the assets and their allocations to verify how and how much it influence the results in an economic crisis. Using the data of Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) and articles of studies to understand the macroeconomic vision of Brazilian economy.

Keywords: Pension funds; economic crisis; Covid-19 pandemic; complementary providence sector

.

SUMÁRIO

1. Introdução	5
2. Desenvolvimento.....	7
2.1. Cenário Político-Econômico Brasileiro	7
2.2. História da Previdência Complementar e sua Importância Social e Econômica.....	11
2.3. Os Resultados do Setor de Entidades Fechadas de Previdência Complementar no Brasil nos Últimos Cinco Anos	13
3. Análise do Impacto da Pandemia de Covid-19 no Resultado do Setor de Entidades Fechadas de Previdência Complementar	19
4. Considerações Finais.....	23
5. Bibliografia	25

1. Introdução

O ano de 2020 foi marcado por muitas surpresas e muitas mudanças, a maior delas foi o surgimento da pandemia de Covid-19. Essa doença acometeu a maioria dos países do mundo gerando uma crise global econômica, política e sanitária. A forma como cada governo coordenou seu país perante a crise determinou a contenção da doença e da sua situação econômica.

No Brasil cada governo estadual definiu suas medidas de prevenção, o presidente no entanto não compactuou com a postura de muitos estados brasileiros, por conta desta descentralização, o não fechamento de fronteiras e alguns estados serem mais permissivos que outros, os números de casos nunca chegaram a um nível baixo como o esperado quando comparado a países da Europa, que realizaram “*lockdown*” por meses, com fechamento do comércio, toque de recolher e/ou multa para qualquer cidadão descumprindo as medidas de prevenção.

Pelo contrário, em diversos momentos o nível de utilização das UTIs do país chegou ao seu máximo, como nas cidades de Manaus e do Rio de Janeiro, que tiveram os piores índices e chegaram a declarar colapso da saúde, faltando leitos para os contaminados pela doença e para pacientes com outras comorbidades.

No setor econômico houve um desaceleramento por conta do fechamento do comércio não essencial que gerou o fechamento de 39,4% das empresas paralisadas de acordo com a “*Pesquisa Pulso Empresa: Impacto da Covid-19 nas Empresas*” que faz parte das estatísticas experimentais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Enquanto isso o auxílio emergencial para as famílias que perderam seus empregos demorou a ser decretado.

Em 12/03/2020 a bolsa de valores brasileira, B3, teve queda de mais de 15%, a maior queda desde 1998. Nesse mês ocorreram 5 “*circuit breakers*”, um mecanismo de segurança que visa a paralisação temporária das operações da bolsa, devido a grandes quedas (de mais de 10%) no preço das ações, para a normalização do mercado.

Tendo em vista esse cenário caótico, vamos analisar neste trabalho quais impactos uma crise “surpresa” como esta pode gerar em um dos setores que mais possui ativos no país, o setor de entidades fechadas de previdência complementar, a fim de verificar a situação dos principais investidores, os fundos de pensão.

2. Desenvolvimento

2.1. Cenário Político-Econômico Brasileiro

Uma forma pertinente de analisar a mudança na forma de investir do setor de previdência complementar durante esse período de 2015 a 2019 é relacionando a porcentagem de alocação de cada ano com a situação econômica do país no mesmo período.

Toma-se como base de comparação econômica o valor da Taxa Selic, que representa a taxa de juros básicos da economia brasileira, pois é usada como parâmetro dos investimentos, tendo forte influência na rentabilidade dos produtos de Renda Fixa e consequentemente na estratégia de investimento de todo o mercado.

Com uma Taxa Selic alta os produtos de Renda Fixa ficam mais atrativos para o mercado, pois sua relação é diretamente proporcional, sua rentabilidade cresce de acordo com o quanto a Selic aumenta, fazendo assim com que um investimento seguro como a renda fixa e com rentabilidade elevada seja muito atrativo. O contrário também é verdadeiro, quanto mais a Selic diminuir a maior parte dos ativos de renda fixa deixará de ser atrativa e os investidores vão alocar uma parcela maior de seus recursos em ativos com rentabilidade maior como a renda variável.

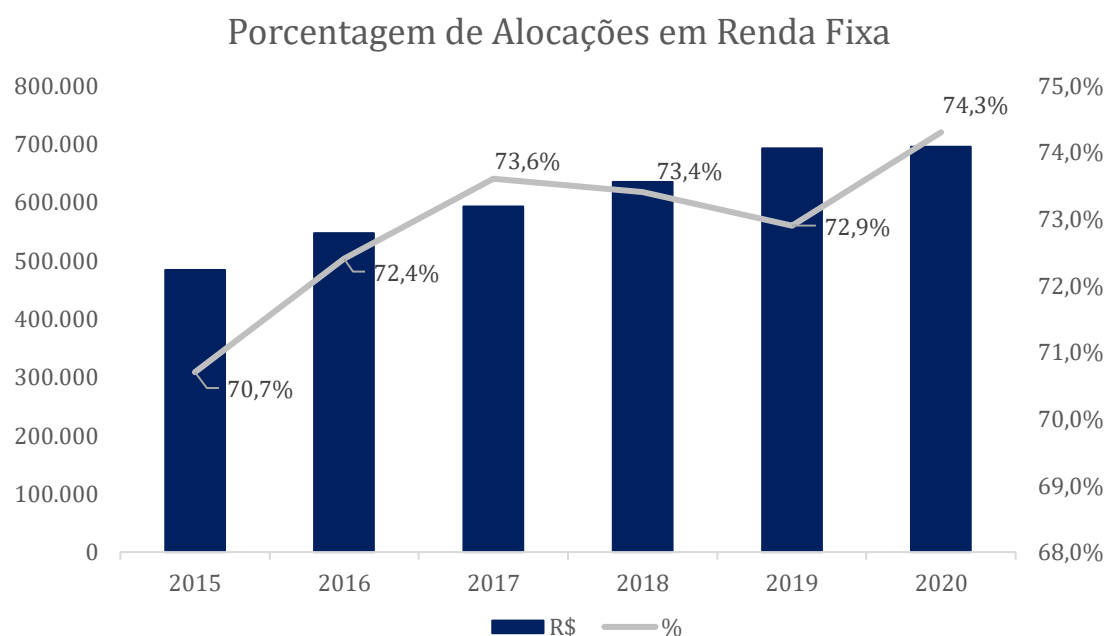
Outra base de comparação que vale a pena ser analisada é o cenário político, já que tem grande influência na economia e consequentemente nos investimentos.

Nos anos de 2015 e 2016, o cenário no Brasil era de uma crise política e econômica, sendo caracterizado como um período de receso econômico, com indicadores em queda, como o PIB de 2015 -3,8% em relação ao ano anterior, de acordo com o IBGE. De acordo com a Carta de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de dezembro de 2015:

“O quadro geral da economia brasileira, que já mostrava-se bastante difícil nos primeiros meses do ano, sofreu deterioração adicional no terceiro trimestre de 2015 com todos os indicadores de atividade econômica permanecendo em queda e, em alguns casos, em ritmo mais acelerado do que o registrado anteriormente. [...] A situação tornou-se mais difícil diante

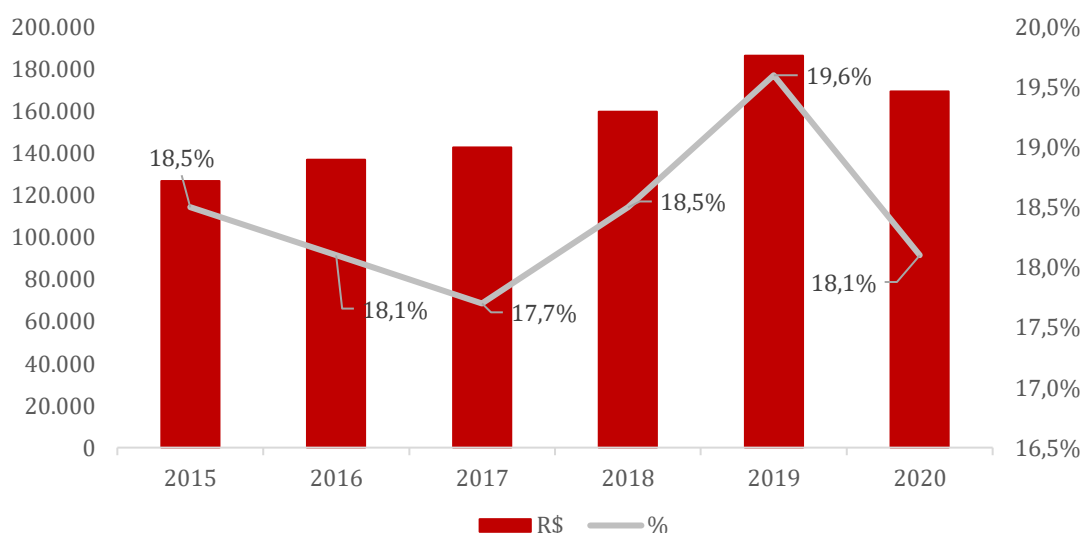
da eclosão de uma crise política de rara gravidade, aumentando a incerteza dos mercados sobre a capacidade de o governo aprovar as medidas necessárias de política econômica. Esse complexo cenário político-econômico reflete-se diretamente nos diversos indicadores de confiança dos consumidores e dos empresários, que alcançam níveis historicamente baixos e sem sinais concretos de reversão, e ganha concretude no desempenho da atividade econômica, que deverá sofrer, neste ano, a maior retração dos últimos 25 anos.”

Devido a esse cenário mencionado anteriormente e a uma Taxa Selic acumulada alta, a alocação dos fundos se constituía predominantemente em Renda Fixa como uma opção segura e de boa rentabilidade, ficando em segundo lugar, ainda com uma parcela expressiva, a alocação de recursos em renda variável.



Dados: ABRAPP

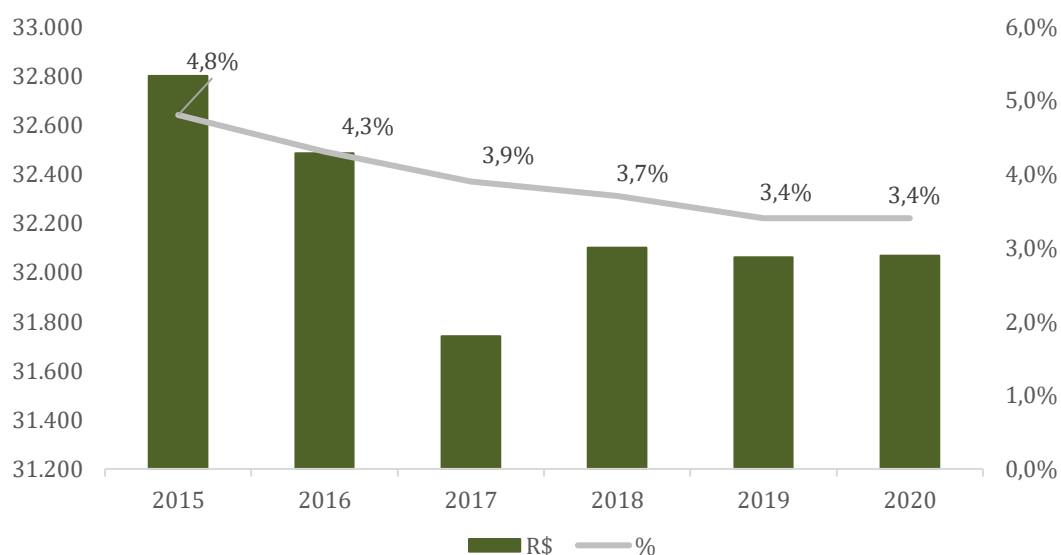
Procentagem de Alocações em Renda Variável



Dados: ABRAPP

Outros tipos de investimentos expressivos em 2015/2016 eram os investimentos em imóveis. Estes investimentos diminuíram com o decorrer do tempo devido a uma demanda do Conselho Monetário Nacional (CMN), que proibiu a compra direta de imóveis em 2018, visando a maior liquidez dos fundos de pensão.

Procentagem de Alocações em Imóveis



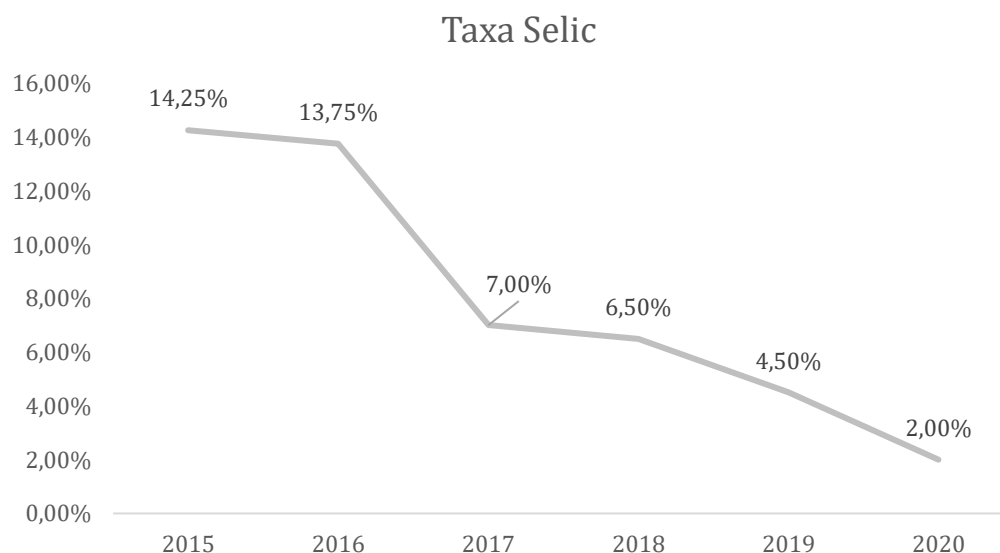
Dados: ABRAPP

Nos anos de 2017 e 2018, com Michel Temer na presidência, uma leve recuperação econômica se inicia e a Taxa Selic começa um processo de declínio junto à inflação trazendo assim um momento de mudança no cenário de investimentos já que a economia dá sinais de melhora e com a queda da Selic para o acumulado de 6,5% em 2018 o mercado aceita o risco e aumenta suas alocações em investimentos mais rentáveis e voláteis como a renda variável.

O ano de 2019 se inicia com a posse presidencial de Jair Bolsonaro, fazendo com que haja uma expectativa de melhora econômica para os próximos anos, assim se viu uma valorização da bolsa de valores brasileira e a Taxa Selic continuando a cair mês após mês. De acordo com a Carta de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de dezembro de 2019:

“A economia brasileira acelerou o crescimento no terceiro trimestre, surpreendendo a maioria das previsões, inclusive as da Dimac/Ipea. O consumo das famílias foi o principal determinante dessa aceleração, enquanto o investimento manteve ritmo firme de expansão. Os dados mais recentes da atividade econômica, de outubro, indicam continuidade do crescimento no último trimestre do ano, embora estimativas para novembro mostrem algum recuo na indústria – muito influenciada pela queda na produção do setor automobilístico. A previsão da Dimac/Ipea é de que o crescimento no 4º trimestre seja de 0,4% ante o trimestre anterior e de 1,5% ante o 4º trimestre de 2018. Com isso, o crescimento do PIB neste ano será de 1,1%.”

A chegada da pandemia muda drasticamente o cenário de 2020, com as ações em baixa, e a economia sem perspectiva de melhora a taxa Selic chega a 2%, deixando a rentabilidade da maioria dos títulos de renda fixa muito abaixo dos níveis históricos.



Dados: Receita Federal

2.2. História da Previdência Complementar e sua Importância Social e Econômica

A previdência social, mesmo que não com a mesma nomenclatura, se vê necessária a muito tempo. A partir do momento em que a expectativa de vida das pessoas foi aumentando, e as pessoas não conseguiam manter suas funções profissionais, começou-se a pensar em algo que desse sustentabilidade de vida para manter esses idosos.

A primeira entidade, ainda com caráter privado que surge com objetivos previdenciários é o Montepio Geral dos Servidores do Estado (Mongeral), de 1853. Em 1891, a constituição brasileira prevê pela primeira vez a aposentadoria por invalidez. Somente em 1923, com a lei Eloy Chaves (Decreto Legislativo 4682) são criadas as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAP). Inicialmente válida somente para empregados de empresas ferroviárias, logo foram sendo criadas várias CAPs para todo tipo de setor empregatício.

A constituição de 1946 unificou as CAPs e iniciou o processo de universalização da Previdência Social. Após a universalização da previdência social, surgem a lei nº 6.435, de 1977, para regulamentar a previdência complementar no Brasil, tendo em seu primeiro artigo a descrição:

“Entidades de previdência privada, para os efeitos da presente Lei, são as que têm por objeto instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, mediante contribuição de seus participantes, dos respectivos empregadores ou de ambos”

A Previdência Privada passa então a ter outra significação; não mais a de levar a proteção inicial, básica e única, mas a de complementar a ação da previdência oficial, mantendo o padrão de vida dos brasileiros que não teriam a possibilidade de mantê-lo com o teto da previdência social.

Os fundos que já existiam até aquele momento eram em sua maioria em regime de benefício definido, regime este que possui alto risco atuarial, e a partir da regulamentação o setor se torna mais atraente para as empresas privadas, que começam a lançar seus planos de previdência complementar com regimes de contribuição variável ou definida, para a mitigação destes riscos atuariais.

Nas décadas seguintes surgem algumas leis complementares, nº 108 e nº 109 de 2001, que revogam a anterior lei nº 6.435 e visam organizar o setor de forma que se adeque as melhores práticas internacionais, com transparência, governança e boa gestão financeira, conforme definido na própria Lei Complementar nº 109:

“Art. 7º: Os planos de benefícios atenderão a padrões mínimos fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, com o objetivo de assegurar transparência, solvência, liquidez e equilíbrio econômico-financeiro e atuarial.

Parágrafo único. O órgão regulador e fiscalizador normatizará planos de benefícios nas modalidades de benefício definido, contribuição definida e contribuição variável, bem como outras formas de planos de benefícios que reflitam a evolução técnica e possibilitem flexibilidade ao regime de previdência complementar”

Com o passar do tempo o setor ganhou forma e hoje é um dos maiores do mundo, contendo 970 bilhões em ativos, mais de 2,7 milhões de contribuintes ativos e 4,5 milhões de beneficiários já assistidos, entre titulares e dependentes. Além disso é o 11º em porcentagem de solvência, comparado aos outros países, tendo 96%.

O setor entrega 25 milhões mensalmente, entre aposentadoria programada, por invalidez e pensões. Sendo os valores médios de benefício para aposentadoria

programada 6,4 mil reais, invalidez 2,7 mil e pensões 3,2 mil. Somente no primeiro semestre de 2020 foram pagos mais de 30 bilhões em benefícios. Os números demonstram a expressividade do setor e sua importância social.

Nesse trabalho as análises foram feitas com base em dados de um dos órgãos mais importantes do setor, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP). Seus compromissos perante a sociedade são, de acordo com seu site:

- *“Representar o setor junto aos poderes executivo, legislativo e judiciários, bem como à sociedade civil, em geral.*
- *Ser um celeiro de ideias e compartilhamento de experiências.*
- *Oferecer soluções positivas que contribuam para a gestão das entidades fechadas de previdência complementar e qualificação dos dirigentes e técnicos.*

A Associação é reconhecida como centro de excelência e referência nacional e internacional e difusora das melhores práticas em previdência complementar fechada no País.”

Os dados são publicados na Revista Fundo de Pensão e no “Portal dos Fundos de Pensão”, para garantir a transparência do setor e permitir análises e consultas mais profundas.

2.3. Os Resultados do Setor de Entidades Fechadas de Previdência Complementar no Brasil nos Últimos Cinco Anos

A previdência complementar além de ter um caráter social de extrema importância, pois ajuda na manutenção da renda na aposentadoria de forma que os contribuintes conseguem manter seu padrão de vida anterior, é um mercado que movimenta bilhões em ativos e ajuda a economia do país como um todo.

É um setor que vem crescendo exponencialmente, de acordo com o artigo “Previdência Complementar do Brasil: história, evolução e desafios” publicado na Revista Fundo de Pensão número 340, de maio de 2008:

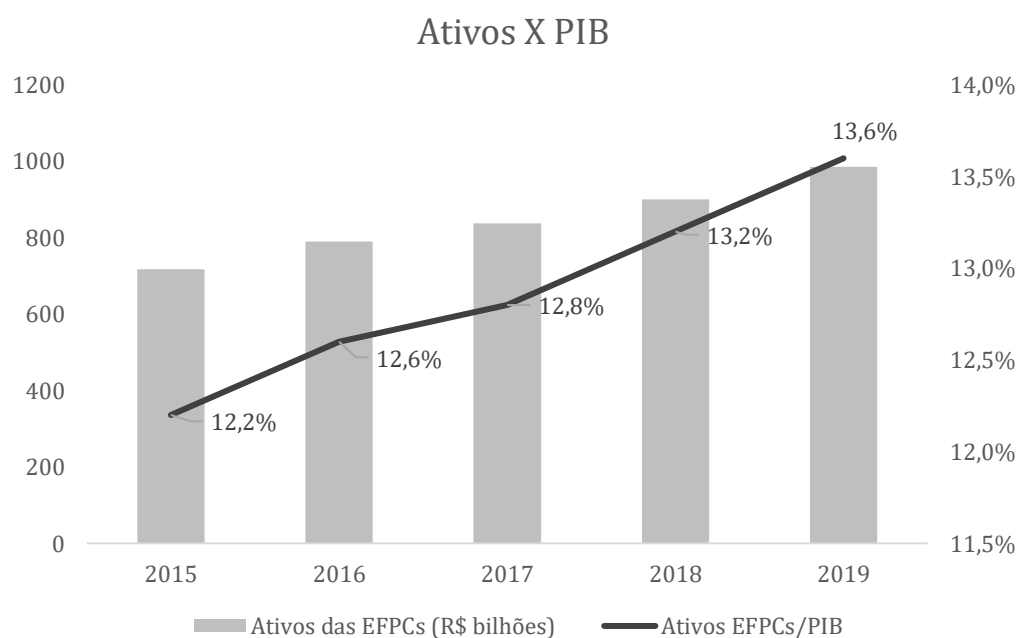
“Temos hoje, em termos absolutos, o oitavo sistema de previdência complementar do mundo que conta com 370 fundos de pensão, com mais de 2.300 patrocinadores sendo 87% de empresas privadas, administrando

mais de 1.000 planos de benefícios, com recursos de R\$ 420 bilhões, cobrindo aproximadamente 3% da população economicamente ativa e já pagando mensalmente mais de 600 mil benefícios de aposentadoria e pensões.”

Já em 2015 os fundos de pensão movimentavam cerca de 685 bilhões em ativos, sendo 484 em ativos de renda fixa, representando 12,2% do Produto Interno Bruto brasileiro, que é a soma de todos os bens e serviços produzidos pelo país no ano.

Ao investir em renda fixa, além de ser um investimento com poucos riscos e bastante vantajoso, também contribui alavancando o país ao colocar dinheiro nele, na maioria das vezes a longo prazo. E, apesar de em menor quantidade por serem investimentos com maior risco, os ativos de renda variável possibilitam a capitalização de empresas.

Ao avaliar o resultado do setor nos anos antecedentes a pandemia de Covid-19, vemos uma ascensão forte de ativos, atingindo a marca de 13,6% do PIB em 2019. Devido a alavancada na economia, o setor crescia bastante.

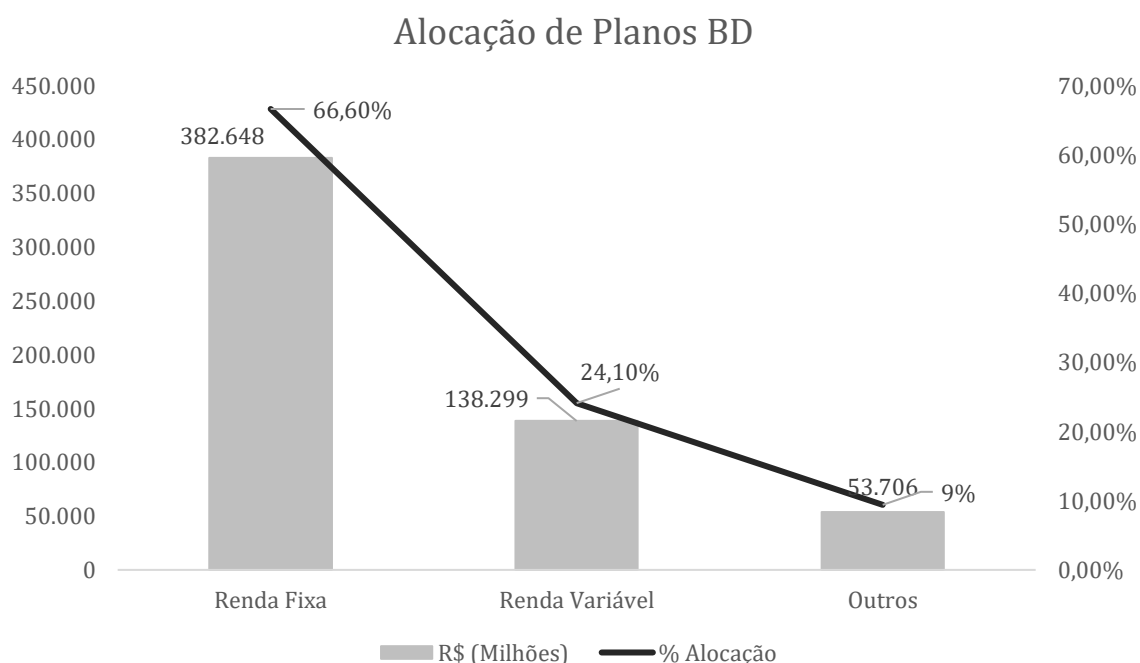


Dados: ABRAPP

	2015	2016	2017	2018	2019
Ativos das EFPCs (R\$ bilhões)	718	790	838	900	986

Dados: ABRAPP

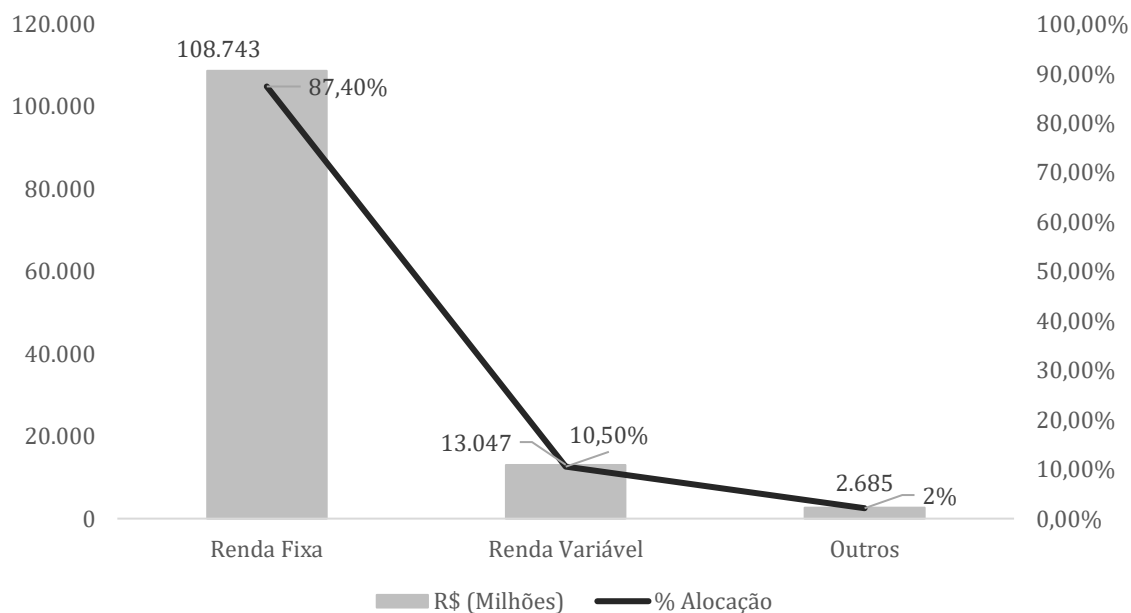
Outra análise a se fazer é em relação ao perfil dos fundos de pensão e onde seus ativos estão alocados. Sabe-se que ativos de renda fixa são ativos mais conservadores por conter menos risco, enquanto ativos de renda variável são mais agressivos. Os planos de previdência complementar tendem a alocar a maior parte dos seus investimentos em renda fixa, para garantir o cumprimento de suas obrigações e por possuir quantidades enormes de ativos, não tendo necessidade de se arriscar tanto nas alocações. Porém uma parte expressiva é alocada em renda variável principalmente em planos de Benefício Definido.



Dados: ABRAPP

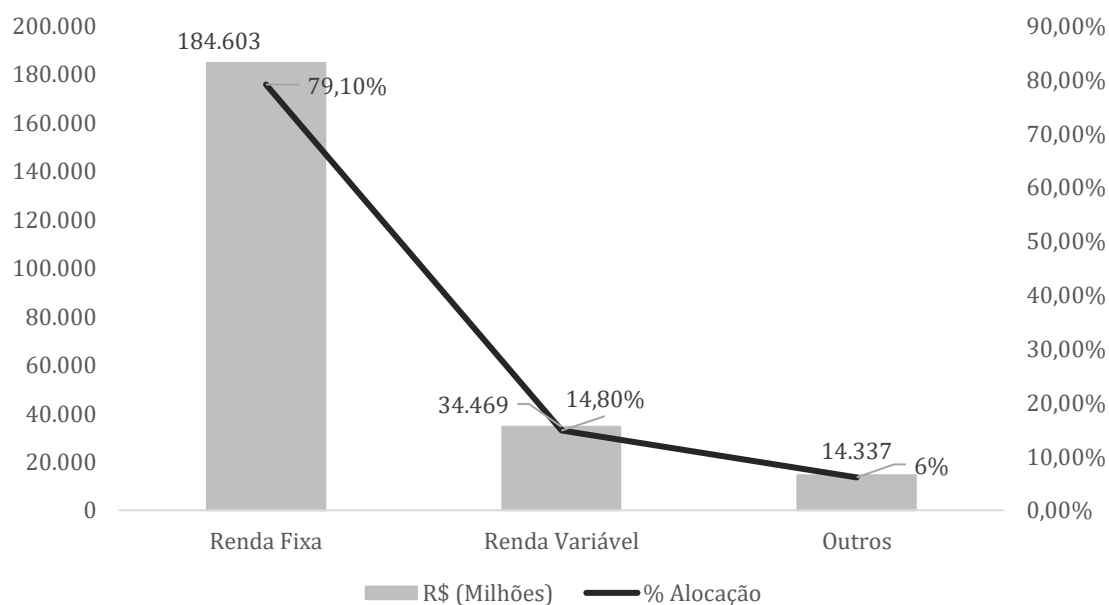
Os planos de Benefício Definido eram muito utilizados nas décadas de 80/90, porém são planos que, por darem uma garantia de benefício em um valor “x” independente da rentabilidade que terão, esses planos precisam de ativos que rendam mais para atingir suas metas atuariais, ou seja para atingir a rentabilidade mínima necessária para o cumprimento de suas obrigações.

Alocação de Planos CD



Dados: ABRAPP

Alocação de Planos CV

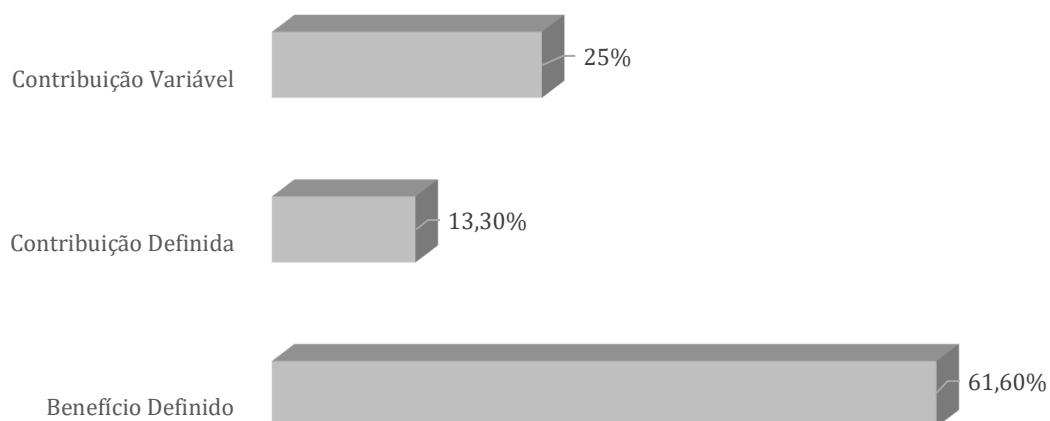


Dados: ABRAPP

Com o tempo as entidades passaram a oferecer planos de Contribuição Variável ou Contribuição Definida, planos esses que dependem menos da rentabilidade uma vez que os beneficiários recebem o montante que contribuíram, corrigidos monetariamente, ou pouco a mais do que isso.

Por serem opções mais sustentáveis e menos arriscadas para as próprias entidades podem alocar maior porcentagem em rendas fixas. Ainda assim essas entidades precisam arcar com os deveres prometidos aos contribuintes de planos de Benefício Definido, que ainda é o regime com maior expressividade no mercado por serem produtos que apesar de terem surgido primeiro, por característica do mercado, são produtos que duram por muito tempo até se liquidarem.

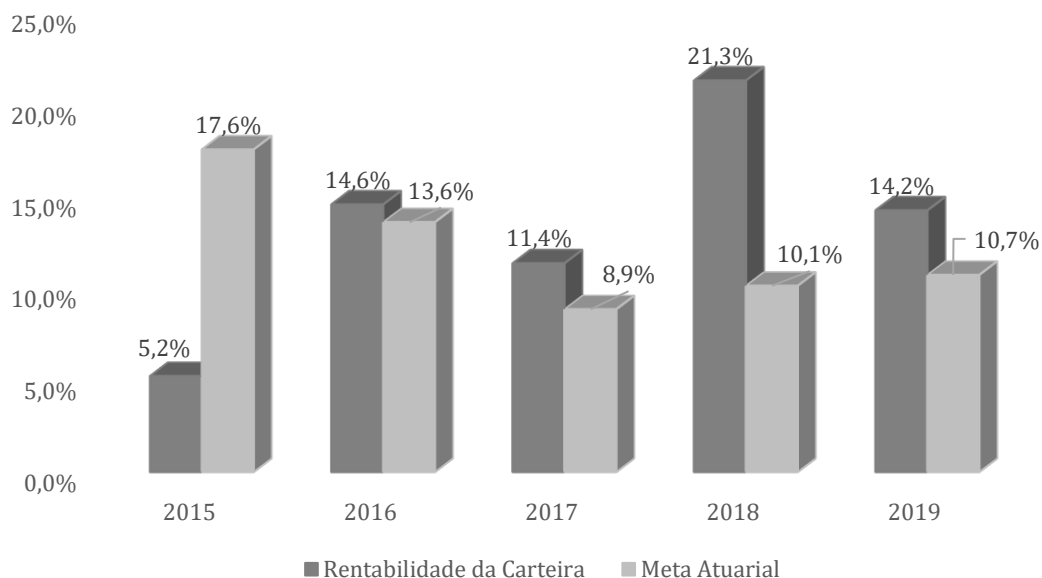
Porcentagem de Tipos de Regime



Dados: ABRAPP

De 2015 a 2019 a rentabilidade das EFPCs teve ótimos resultados, com exceção de 2015, onde a rentabilidade não atingiu a meta atuarial média.

Rentabilidade X Meta Atuarial



Dados: ABRAPP

Apesar do resultado insuficiente de 2015, o acumulado da carteira do mercado tem mais de 90% de solvência, que é o nível de ativos sobre passivos para cumprir com seus compromissos com os recursos de seu patrimônio acumulado.

Ao analisarmos a situação das entidades fechadas de previdência complementar, os resultados acompanham o movimento da rentabilidade geral, aumentando os superávits e diminuindo os déficits.

	Superávits					Déficits				
Anos	2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019
Quantidade de EFPCs	127	138	141	139	139	92	80	77	78	70
Quantidade de Planos	398	438	437	415	384	239	205	193	199	168

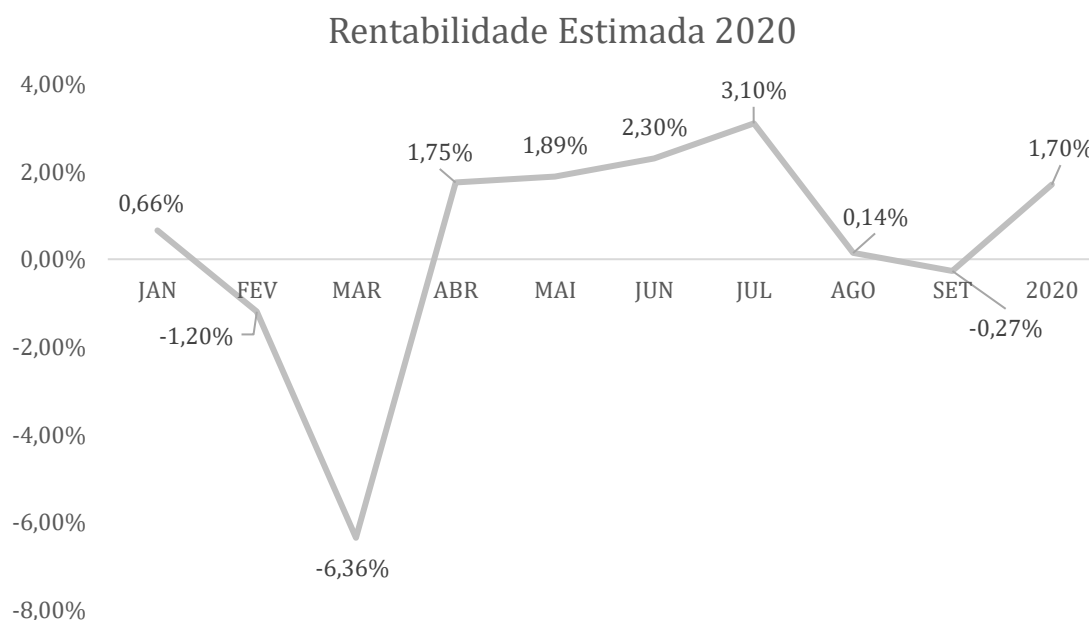
Dados: ABRAPP

Ao final de 2019 o setor como um todo ia muito bem sem nenhuma indicação de que teria alguma crise ou dificuldade para manter o bom rendimento.

3. Análise do Impacto da Pandemia de Covid-19 no Resultado do Setor de Entidades Fechadas de Previdência Complementar

A instabilidade de 2020 se inicia no Brasil com a chegada do vírus da Covid-19 em fevereiro. A partir daí há diversas quedas em índices econômicos, pois são instituídos diversos programas de proteção a população que incluem o fechamento do comércio em geral, deixando aberto somente os chamados “Serviços Essenciais”, supermercados, farmácias, padarias.

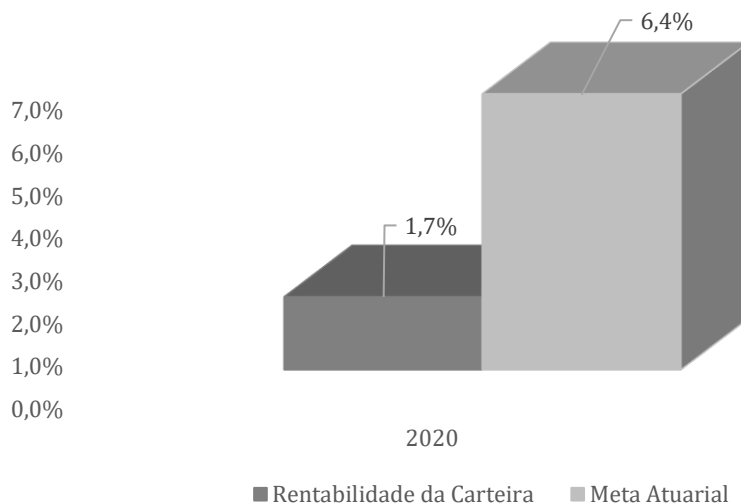
A rentabilidade como um todo no ano de 2020 caiu muito do nível que vinha apresentando anteriormente, tendo o pior resultado desde 2008, ano em que houve uma grande crise econômica no país. O crescimento dos ativos em relação ao PIB estagna em 13,6% e o número de ativos diminui. Tendo uma queda de 986 bilhões em ativos para 974 bilhões. Esse é o primeiro ponto que podemos verificar como indicador de que nem tudo está indo bem na economia, uma vez que se perde investimentos



Dados: ABRAPP

Devido ao mal andamento da economia, os planos até setembro de 2020 não tinham atingido a meta atuarial média. Dados após esta data ainda não foram divulgados pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

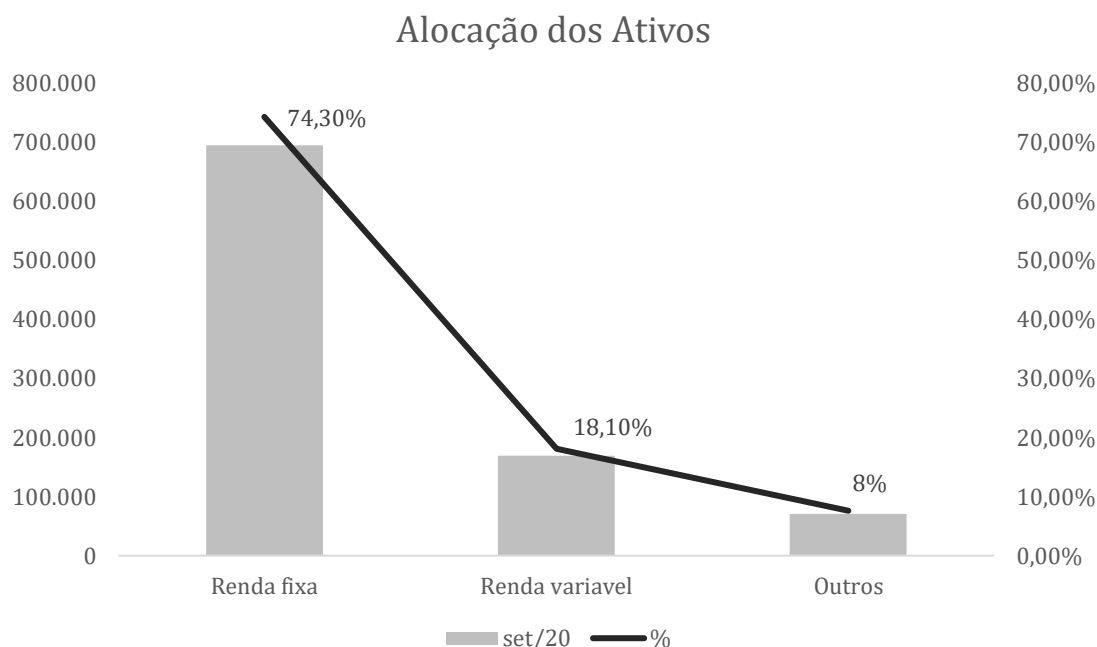
Rentabilidade X Meta Atuarial



Dados: ABRAPP

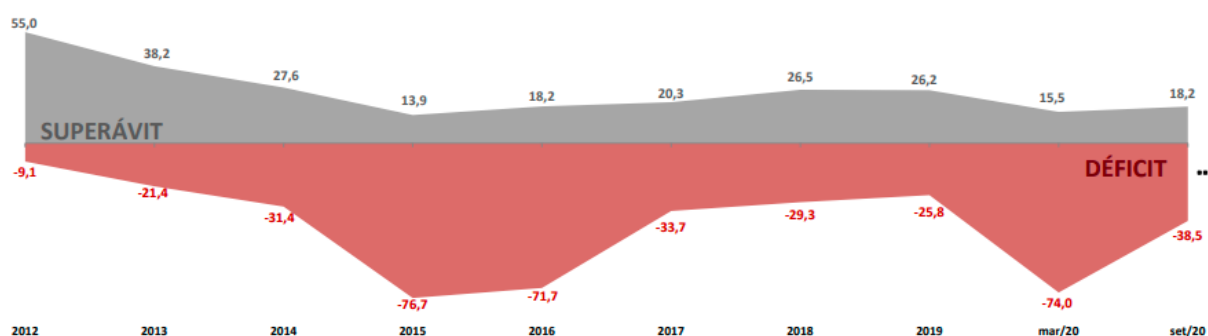
Dessa forma entendemos um pouco melhor porque houve uma retirada de ativos do mercado, pois estavam dando mais prejuízo do que de fato tendo rentabilidade, e por questões protetivas o setor entendeu como um todo que o melhor a se fazer nesse momento era retirar parte dos ativos de suas alocações

Os ativos alocados em renda variável são mais arriscados e mais voláteis, sofrendo total influência da economia. Dessa forma, foram os ativos que tiveram pior rentabilidade. Logo, a alocação nesse tipo de investimento caiu.



Dados: ABRAPP

Os níveis de déficit aumentaram de forma considerável. As entidades fechadas de previdência complementar apresentam 18,2 bilhões, no total de superávits, enquanto a soma dos déficits chega a 38,5 bilhões até o mês de setembro. Porém é interessante notar que no auge da pandemia, em março, esses números chegaram a 15,5 bilhões de superávits e 74 bilhões de déficits.



Fonte: Consolidado Estatístico ABRAPP

Outro dado interessante divulgado pela ABRAPP, foi uma simulação de possíveis cenários para os resultados do final de 2020 que ainda não foram divulgados.

	CENÁRIO I	CENÁRIO II	CENÁRIO III
RENTA FIXA	4,80%	4,80%	4,80%
RENTA VARIÁVEL	-18,06%	0,15%	9,25%
OUTROS	4,95%	4,95%	4,95%
CARTEIRA	0,34%	4,05%	5,90%
TMA/TJP*	9,66%	9,66%	9,66%

As premissas válidas para os cenários foram:

- a rentabilidade calculada de janeiro a setembro e INPC estimado;
- o retorno apurado em setembro/2020 para o CDI e Ibovespa. Selic em 2% até o final do ano;
- a rentabilidade de “Outros” é estimada com base na média dos últimos 12 meses.
- Fechamento do Ibovespa em pontos: cenário 1 = 85,1 mil; cenário 2 = 104 mil; cenário 3 = 113,5 mil.

Tendo em vista que as premissas foram atingidas, a taxa Selic se manteve em 2% e o índice IBOVESPA fechou em 30/12/2020 com 119.017 pontos, por conta das notícias animadoras de vacinas contra a Covid-19, estima-se que as carteiras do setor tenham fechado com média de 5,9% de rentabilidade. Ainda assim, não atingiriam a meta atuarial de 6,4%.

4. Considerações Finais

Inicialmente neste projeto de pesquisa buscamos contextualizar o cenário macroeconômico do país, relacionando também o cenário político, muito influente na economia em questão. Após identificarmos os resultados econômicos do país nos últimos cinco anos, foi necessário desenvolvermos uma breve introdução na história do setor previdenciário no Brasil e sua importância, social e econômica para então analisarmos alguns dados.

Após a introdução dos cenários que analisamos, através dos dados da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) pudemos ter um indicador de como funciona a rentabilidade e os resultados apresentados pelos fundos de pensão como um todo, nos últimos cinco anos. Podendo finalmente entendermos e compararmos os resultados dos anos subsequentes a pandemia de Covid-19 com o ano em que há uma crise gerada pela mesma pandemia.

Por meio dessa pesquisa foi possível verificarmos os dados de resultados do setor e fica nítido que houve um impacto profundo nos resultados apresentados. As expectativas de resultado para o ano eram completamente diferentes do que de fato ocorreu.

Também notamos que apesar do resultado abaixo do esperado, o setor vai bem e tem um resultado acumulado bom o suficiente para o cumprimento das obrigações, na maioria das vezes. Um nível de solvência alto deixa o setor com mais segurança e liquidez.

Com base em todos os fatos expostos conseguimos responder à questão inicial levantada na introdução deste trabalho, que era como a pandemia de Covid-19 impactou o setor de entidades fechadas de previdência complementar. Primeiramente identificamos que os resultados do setor são ótimos e muito expressivos para a economia do país, e que apesar da crise ter um impacto grandioso nos resultados apresentados ainda há solvência.

Seria justificável dizer que da mesma forma e na mesma proporção que o setor influencia a economia do país, a economia do país também influencia os resultados obtidos pelos fundos de pensão.

Levando em consideração o que foi supracitado, concluímos que, em parâmetros gerais o setor, apesar da crise se mantém estável e com bons índices de liquidez. Todavia, não podemos concluir que o setor conseguiria se manter da mesma forma caso uma crise como esta tivesse durações maiores do que a de fato se teve, não é possível definir o tempo que o setor teria de sobrevida em crises de durações maiores.

5. Bibliografia

PENA, Ricardo. **Previdência Complementar no Brasil: história, evolução e desafios**. 2008. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/docs/pdf/previd-complementar-no-brasil-historia-evolucao-e-desafios.pdf> Acesso em: 02 dez. 2020.

COIMBRAL, Leandro Willer Pereira; TOYOSHIMA, Silvia Harumi. **Uma análise do setor de previdência complementar brasileiro**. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482009000300003&script=sci_arttext Acesso em: 16 dez. 2020.

CAPONI, Sandra. **Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal**. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142020000200209&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 20 dez. 2020.

CONSOLIDADO ESTATÍSTICO. **Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar**. Disponível em: <http://www.abrapp.org.br/Paginas/consolidadoestatistico.aspx>. Acesso em: 28 nov. 2020.

NETO, Octavio Amorim. **A crise política brasileira de 2015-2016: Diagnóstico, sequelas e profilaxia**. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n52/n52a04.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2021.

CARTILHA ABC DA PREVIDÊNCIA. **BrasilPrev**. Disponível em: http://www2.brasilprev.com.br/ht/previdenciasemmisterio/Documents/Brasilprev_Cartilha.pdf. Acesso em: 17 jan. 2021.

FILHO, Fernando de Holanda Barbosa. **A crise econômica de 2014/2017**. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100051 Acesso em: 05 jan. 2021.

CARTA DE CONJUNTURA, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/sumario-executivo> Acesso em: 04 jan. 2021.

TAXA DE JUROS SELIC. **Receita Federal**. Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/pagamentos-e-parcelamentos/taxa-de-juros-selic> Acesso em :19 jan. 2021.

PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: ibge.gov.br/explica/pib.php Acesso em: 19 jan. 2021.

PESQUISA PULSO EMPRESA: IMPACTO DA COVID-19 NAS EMPRESAS. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas**, 2020. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/548281f191c80ecbbb69846b0d745eb5.pdf Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Complementar Nº 108, de 29 de Maio de 2001, **Presidência da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp108.htm Acesso em: 16 jan. 2021.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 6.435, de 15 de Julho de 1977, **Presidência da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6435.htm Acesso em 18 jan. 2021.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Complementar Nº 109, de 29 de Maio de 2001, **Presidência da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp109.htm Acesso em 18 jan. 2021.

PAINEL CORONA VÍRUS, **Ministério da Saúde**, 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br> Acesso em: 13 dez. 2021.

MEDIDAS PREVENTIVAS E ORIENTAÇÃO SOBRE O COVID-19. **Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**. 2020. Disponível em: <https://www.sbmfc.org.br/noticias/medidas-preventivas-e-orientacao-sobre-o-covid-19-coronavirus> Acesso em: 13 dez. 2021.

BOLETIM DAS MEDIDAS TOMADAS EM FUNÇÃO DA COVID-19. **Ministério da Economia**. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19> Acesso em: 14 dez. 2021.

JUNIOR, Selmo Alves dos Santos. **Previdência Social: Breve Histórico no Cenário Mundial e sua Estrutura e Funcionamento no Brasil**. 2015. Disponível

em: <https://jus.com.br/artigos/59126/previdencia-social-breve-historico-no-cenario-mundial-e-sua-estrutura-e-funcionamento-no-brasil> Acesso em: 15 jan. 2021.